

Brasília, 07 de maio de 2010

**Processo:** 59500.001317/2010-55  
**Da:** Gerência de Tecnologia da Informação - AE/GTI  
**Para:** Gerente-Executivo da Área de Gestão Estratégica – AE  
**Assunto:** Impugnação do edital 28/2010

Fls. 12  
Proc. 1317/2010-55  
10/05/2010  
REGISTRO - AE/GE - APOIO

Senhor Gerente-Executivo,

Trata o presente processo de pedido de alteração do instrumento convocatório com efeito de impugnação apresentado pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL ao Edital 28/2010, pregão eletrônico para registro de preços visando a contratação de empresa especializada para a implantação de circuitos de comunicação, formando uma rede de serviços de telecomunicações, utilizando tecnologia MPLS (*Multi Protocol Label Switching*), com capacidade para prover tráfego de dados, voz e imagem, sendo denominada como **Rede WAN** (*Wide Area Network*), envolvendo a Sede, 8 (oito) Superintendências Regionais e 3 Escritórios de Representação da CODEVASF, e fornecimento de acesso à Internet na Sede da CODEVASF em Brasília/DF.

Apresento a seguir os esclarecimentos e respostas aos questionamentos apresentados pela impugnante:

( 4 ) A impugnante alega exigüidade de tempo para realização das vistorias exigidas no item 3.6 do edital e solicita prorrogação da abertura do edital ou a retirada desta exigência.

A não realização de vistoria em todas as localidades não é impeditivo à participação no certame, uma vez que, conforme item 3.6.1 “*É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades, bem como do dimensionamento dos dados necessários para a formulação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos*” (grifo nosso), prevendo desta forma que caso tal vistoria não seja realizada não poderá ser motivo de alteração posterior da proposta ou das condições contratuais. A Declaração de Vistoria (Anexo VI), apresentada pela licitante não refere-se a uma localidade em particular, podendo ser suficiente, a critério da licitante, a visita à Sede da Codevasf em Brasília para conhecimento do ambiente da empresa. Por outro lado entende-se que as empresas que se apresentam com capacidade operacional para prestar os serviços exigidos pelo edital nas localidades assinaladas, possuem representantes e parceiros com atuação nestes locais, de forma que o período entre a publicação do edital e a sua realização são suficientes para tais visitas.

Desta forma considera-se atendida a não obrigatoriedade da visita em todas as localidades.

( 5 ) A impugnante aponta impossibilidade de elaboração de proposta em razão da incorreção e ausência dos endereços da 4ª e 8ª Superintendências Regionais, respectivamente.

Quanto à 8ª Superintendência Regional, por tratar-se de unidade ainda em fase de criação, esta ainda não possui endereço definido. No entanto, conforme informado nos esclarecimentos encaminhados por meio do Fax 241/10 e disponível no site da Codevasf, deve-se considerar para efeito da proposta a cidade de São Luís / MA – Centro.

Com relação à 4ª Superintendência Regional ocorreu um erro de digitação do CEP, constando no edital 49040-025 quando deveria ser 49025-040, estando correto, no entanto, o endereço, fato que permite à licitante ter conhecimento da sua localização, não sendo portanto



impeditivo para elaboração de proposta. Acrescente-se ainda a informação constante no Anexo II do edital, além do endereço, telefone e nome do empregado para contato caso necessário.

Desta forma considera-se esclarecida a dúvida quanto à localidade para instalação do link no Maranhão, bem como a da 4ª Superintendência Regional.

( 6 ) A impugnante aponta o fato de existir dúvida quanto ao cumprimento do item 2.5.3 pelas licitantes que não se apresentarem em Consórcio, visto que tal item encontra-se no grupo 2.5 (Consórcio).

Apesar do item 2.5.3, como também o item 2.5.4, serem apresentados no grupo com o título "Consórcio", ambos são obrigações de qualquer contratada, independentemente da constituição de consórcio. Conforme afirma a própria impugnante em sua interpretação do edital, *"o item 2.5.3 do edital, cuida de obrigações que devem ser impostas a qualquer licitante e não somente na hipótese de Consórcio"*, estando portanto correta e consequentemente não constituindo em prejuízo para a elaboração de sua proposta.

Desta forma considera-se sanada a dúvida da impugnante, não sendo necessária a alteração do edital, uma vez que a atual redação não constitui-se em impeditivo de participação ou de elaboração de proposta.

( 7 ) A impugnante alega incorreção no percentual de 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura para recolhimento à Previdência Social pela Codevasf constante no item 18.18 do edital, apontando que tal percentual deveria ser de 9,45%.

Não cabe manifestação desta Gerência por não tratar-se de matéria técnica.

( 8 ) A impugnante questiona quanto à aplicação do item 5 do anexo I, referente à gerência de redes e serviços, apenas ao fornecimento de rede de dados (grupo 2 do edital) e quanto ao fornecimento de computador para atender o disposto no item 5.2.5.

Primeiramente quanto ao disposto no item 5 (Especificações técnicas do serviço de gerência de redes e serviços em todos os segmentos) tais especificações aplicam-se a todos os segmentos de comunicação de dados contratados, inclusive o acesso à Internet (Grupo 1). No entanto serão exigidas apenas aquelas que tecnicamente são aplicáveis aos serviços disponibilizados em cada uma das soluções contratadas. Assim sendo, alguns tópicos existentes não são aplicáveis ao acesso à Internet, como por exemplo topologia de rede, inventário dos equipamentos, endereços lógicos, identificação de classes de serviços, dentre outros. Com relação ao fornecimento de computador o entendimento da impugnante está correto, sendo exigida apenas a disponibilização de acesso remoto à solução de gerência da rede através de um computador da contratante.

Desta forma consideram-se esclarecidas as dúvidas apresentadas, sendo que as especificações técnicas do serviço de gerência de redes e serviços em todos os segmentos aplicam-se, no que couber tecnicamente, também aos serviços de acesso à Internet (Grupo 1), e correto o entendimento da impugnante quanto ao não fornecimento de computador para atendimento ao item 5.2.5.

( 13 a 20 ) A impugnante aponta como abusivo o valor da multa a ser aplicada em caso de não cumprimento de quaisquer cláusulas do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora.

Não cabe manifestação desta Gerência por não tratar-se de matéria técnica.

( 21 a 29 ) A impugnante aponta como exíguo os prazos estabelecidos no edital para execução dos serviços, conforme descritos nos itens 21.1.1, 21.1.1.1 e 21.1.1.3.



O estabelecimento de prazo máximo para implantação dos serviços ora licitados visa garantir à Codevasf a continuidade dos serviços de rede atualmente em operação, os quais não podem, sob pena de causar prejuízos incalculáveis à Administração, ser interrompidos. A capacidade de atendimento do prazo estabelecido para fornecimento de materiais e serviços em qualquer processo licitatório pode apresentar uma grande variação de empresa para empresa, dependendo da sua capacidade operacional, dos investimentos já realizados no segmento a ser fornecido, da abrangência territorial da sua atuação, das parcerias existentes, do corpo técnico, da disponibilidade de recursos, do planejamento estratégico da empresa, da capacidade de competitividade no mercado, etc.

A dilatação do prazo para disponibilização dos serviços ora licitados não pode ser concedida de forma irrestrita e em prejuízo da Administração, mesmo que tal prazo resulte em tornar possível a participação de outras empresas que necessitam realizar investimentos que a possibilitem de atender aos requisitos do edital. Vale ressaltar que o prazo exigido no edital deve ser cumprido por quaisquer das empresas participantes do certame e que seja declarada vencedora, não constituindo-se em exigência que fira o princípio da isonomia como alega a impugnante.

Acrescente-se o fato de que em 08 de junho de 2005, a Codevasf realizou, por meio do edital 11/2005, licitação na modalidade de pregão presencial, com o objetivo de contratar os mesmos serviços presentes neste edital e nas mesmas localidades, ressalvada a utilização da tecnologia frame relay, tendo sido estabelecido no edital a data de 20 de julho de 2005 ( 42 dias após a abertura do processo licitatório ) para início dos serviços contratados, tendo como uma das licitantes a Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – EMBRATEL, que apresenta a presente impugnação.

Espera-se que, após 5 anos, com o aumento da malha de comunicações de dados, investimentos em tecnologia e modernização de equipamentos, como também na infraestrutura disponibilizada no país, as atuais condições para operacionalização destes serviços possibilitem uma maior celeridade no atendimento às demandas, incluindo a impugnante que, se à época possuía capacidade para a instalação dos serviços nas mesmas localidades ora licitadas, com maior propriedade deve possuir capacidade atualmente para este atendimento nos prazos solicitados.

Desta forma, pelas razões acima expostas, o prazo constante no edital deve ser mantido.

Atenciosamente



Ricardo Guimarães Mueller Rocktaeschel  
Gerente da AE/GTI